



## Editorial

O Brasil, sem dúvida, tem uma relevante participação no cenário internacional no que tange à produção científica. Nos últimos anos, a representação científica brasileira internacional pode ser mensurada pela quantidade de artigos científicos publicados por pesquisadores brasileiros, como bem demonstrado no editorial da edição passada pelo Dr. Rodrigo Rached. Segundo os dados recentemente publicados, nosso país ocupa o 13º lugar em número de publicações, o que o torna um dos principais na esfera de divulgação de conhecimento. Essa conquista é resultado de inúmeras ações governamentais por meio de diferentes agentes, como a CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia, as FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa), dentre outros.

Algumas das ações bem-sucedidas têm sido forte estímulo ao fomento de novos mestres e doutores, além do aporte financeiro para financiar pesquisas. Porém, uma característica que ressaltou foi a indução, por meio de diferentes instrumentos, da difusão de doutores e de centros de pesquisas por todos os cantos do Brasil, haja vista que as ilhas de conhecimento raramente apresentam um futuro promissor, pois a excelência efetiva é a excelência espalhada, disseminada. A descentralização da excelência em pesquisa é um conceito que pode ser extrapolado quando pensamos que o conhecimento gerado pela ciência irá gerar, além do conhecimento e da publicação científica, um ganho social para aqueles que vivem no entorno do centro de pesquisa. Portanto, a difusão da ciência tende a diminuir o abismo social das diferentes regiões do Brasil.

Diante de tais circunstâncias, vejo também um novo desafio neste momento. Apesar da ampliação da quantidade de publicações brasileiras, o número de citações, ou seja, o quão relevante esses trabalhos foram direcionados à comunidade científica, ainda mostra que temos um longo caminho pela frente. É salutar que os pesquisadores, revisores e editores encarem a difícil tarefa de contribuir com o desenvolvimento científico e não meramente publicar um número cada vez maior de artigos, se os mesmos têm poucas chances para tal. Especificamente na Odontologia, ainda existem inúmeros estudos que mostram apenas relatos simples ou estudos validando dados outrora já bem consolidados na literatura. Dessa forma, é necessário que, junto com esse salto positivo na quantidade, haja paralelamente uma busca pela qualidade. Para tal, é necessário que pesquisadores identifiquem problemas relevantes, com fundamentação teórica sólida, habilitando a formulação de hipóteses inéditas, que, uma vez comprovadas, resultem em conhecimentos que acrescentem no avanço do conhecimento.

A pesquisa, com raras exceções, esteve presente soberanamente na pós-graduação das instituições de ensino superior no Brasil. Em contrapartida, na Coreia do Sul, um país desenvolvido, apenas 7% dos pós-graduados encontram-se na Academia. Os demais alocam-se nas empresas. Portanto, uma integração de políticas de ciência e tecnologia à política industrial é fundamental para que as empresas sejam estimuladas

a incorporar e incentivar a inovação no processo produtivo. Outro passo importante será a ocorrência de uma mudança na cultura e nas políticas de obtenção de patentes depositadas por pesquisadores brasileiros.

Assim, o desafio em nosso país é transformar ciência, tecnologia e inovação em um eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro. É esta a trajetória do Brasil, que felizmente descobriu que o desenvolvimento de bases sólidas na educação, na ciência e na tecnologia representa um país economicamente desenvolvido e socialmente justo.

**Marcelo Henrique Napimoga**

Coordenador de Pós-Graduação - Faculdade São Leopoldo Mandic